



FACULDADE REGIONAL DA BAHIA

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ALBERTO DAVID DUARTE DOS SANTOS

**DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA
LEGISLAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, A PARTIR DA LDB E
ALGUMAS NOVAS PROPOSTAS DE ENSINO**

Salvador
2014

ALBERTO DAVID DUARTE DOS SANTOS

**DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA
LEGISLAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, A PARTIR DA LDB, E
ALGUMAS NOVAS PROPOSTAS DE ENSINO**

Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Regional da Bahia, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em Educação Física.

Orientação: Profª Drª .Cristine Lima Pires

Salvador
2014

BIBLIOTECA ZUZA PEREIRA / FACULDADE REGIONAL DA BAHIA – UNIRB

Campos, Maria Cristina da Cunha

Desafios do processo de constituição histórica da legislação de formação de professores de licenciatura em educação física, a partir da LDB, e algumas novas propostas de ensino 39f. 2015

Monografia (graduação) Curso de Licenciatura em Educação Física –
Faculdade Regional da Bahia - UNIRB

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Cristine Lima Pires

1. Formação de professores. 2. Educação Física. 3. Legislação. 4. LDB.

CDD: 370.71

Alberto David Duarte Dos Santos

DESAFIOS DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA
LEGISLAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, A PARTIR DA LDB E
ALGUMAS NOVAS PROPOSTAS DE ENSINO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Educação Física, pela Faculdade Regional da Bahia.

Aprovada em 15 de janeiro de 2015.

Banca Examinadora

Cristine Lima Pires – Orientadora _____

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Docente da Faculdade Regional da Bahia – UNIRB

Lygia Bahia

Mestranda Em Educação Física Pela Universidade Federal da Bahia

Docente da Faculdade Regional da Bahia - UNIRB

Dedico essa monografia:

A meu pai Alberto Duarte pelo seu apoio incondicional e pelos incentivos que me deu ao longo dessa jornada.

A minha mãe Ana Regina, por seu incentivo ao estudo e pelo seu vasto investimento na minha Educação.

Agradeço a minha amada Tia Nina por todo o carinho que me deu ao longo da minha vida, seria uma afronta não citar vosso nome, no momento mais importante da minha vida.

Agradeço a Bárbara Luiza, que não apenas é minha amada, mais a minha melhor amiga. Inteligente, encantadora e gentil, ela é uma das bênçãos da minha vida, e gostaria de agradecer-lá por tudo que fez.

Agradecimentos

Agradeço a minha professora, amiga e orientadora Cristine Pires, por seu empenho em me ajudar, por sua paciência em corrigir meus erros, e pela sua visão por ver em mim potencial.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação profissional, menos a professora Tereza Cristina.

Agradeço a todos os meus amigos de curso, Monica Lima, Marcos Alex, Suzan Cima, Josmar Souza, Patrícia Ritiele, Sandro Meireles e todos os outros que caminharam comigo e que por ter uma memória falha não escrevi o nome aqui.

Um agradecimento especial a José Everton, pela amizade e pelo apoio que me deu ao longo desse curso.

RESUMO

O presente trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica sobre a formação de professores em Educação Física e o histórico legislativo sobre a mesma. Objetivou-se a pesquisar os impactos da LDB, e a discutir e abordar duas propostas para a formação em questão. Foi observado que a LDB trouxe importantes avanços para a Educação Física, contudo observa-se que no mesmo parágrafo em que a LDB torna a Educação Física um componente curricular obrigatório, ela a deixa facultativa para algumas pessoas em condições especiais, o que é um retrocesso enorme para a área em questão. O presente trabalho também aborda a questão da teoria e prática e fica constatado que a teoria por sua vez deve fundamentar a prática, dando embasamento para que se possa fazer uma prática fundamentada e cada vez melhor. Em suma, isso implica em saber fisiologicamente e biomecanicamente o que essa prática acarreta aos seus alunos. Constatou também que uma parcela muito pequena dos alunos são atraídos e se interessam pela perspectiva de uma Educação Física que vai além dos aspectos biológicos, incorporando também aspectos sócio-históricos na busca de uma compreensão mas profunda da área.

Palavras-chaves: Formação de professores. Educação Física. Legislação. LDB.

“ Professores brilhantes ensinam para uma profissão, professores fascinantes ensinam para a vida”

Augusto Cury

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL.....	11
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	11
2.1.1 Educação Física Higienista	12
2.1.2 Educação Física Militarista.....	13
2.1.3 Educação Física Pedagogicista.....	13
2.1.4 Educação Física Competitivista	14
2.1.5 Educação Física Popular.....	15
3 O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	16
3.1 A LDB E OS SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA	20
4. NOVAS PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	25
4.1 A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	25
4.2 EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ..	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se propõe a discutir a respeito da formação de professores licenciados em Educação Física. Tema relevante diante da valorização que a profissão vem tendo, do rumo no qual a mesma se encontra, e das reformulações no qual seu currículo deve passar para atender as necessidades do mercado atual.

Numa época de mudanças tão rápidas, é de notória necessidade se discutir os rumos que a formação de professores em Educação Física poderão tomar, e como essas novas propostas poderão preparar melhor o graduando para atuar no mercado de trabalho.

Um tema central abordado no texto será a realidade e os desafios que a formação de professores em Educação Física encontra, com um enfoque na teoria vs pratica e nas experiências sociais.

A partir da LDB os cursos de licenciatura em Educação Física, junto com o MEC passaram a estabelecer orientações específicas para o curso de licenciatura em Educação Física, mas com contradições quanto aos desafios que se colocam na intervenção do currículo acadêmico; as propostas discutidas propõem que o professor licenciado em Educação Física deve ter uma formação para intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural em ambientes escolares, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural. Sendo assim as instituições de ensino superior devem possibilitar a apropriação de conhecimento por meio de ensino, pesquisa e extensão, permitindo assim, que o profissional articule seus saberes a partir de uma atitude crítico-reflexiva.

O objetivo desse trabalho se coloca em reconhecer a realidade encontrada nos cursos de licenciatura, e por meio de pesquisa bibliográfica, propor soluções para diminuir os problemas existentes nos dias atuais.

A pesquisa se mostra importante pois discuti sobre a formação de professores em Educação Física, e sobre os novos rumos que devemos tomar se quisermos ganhar espaço na escola. A velocidade do conhecimento aumentou e muito, e, é preciso fazer com que os graduandos aprendam que articular conhecimentos práticos e teóricos é preciso, para que a Educação Física tenha o destaque que realmente merece.

O trabalho se caracteriza como um levantamento bibliográfico, resumos e fichamentos de livros e artigos científicos que trazem à tona os temas que serão abordados.

O segundo capítulo do trabalho fala sobre o histórico da Educação Física brasileira, até a Educação Física Popular. E da legislação sobre a mesma até a LDB de 96.

O terceiro capítulo do trabalho falará sobre a LDB e os impactos dela sobre a Educação Física, trazendo à tona seus avanços, e fazendo pequenas críticas a alguns pontos dessa importante lei.

O quarto capítulo do trabalho, irá trazer duas propostas para formação em Licenciatura de Educação Física, a relação entre a teoria e prática que precisa ser repensada, e as experiências sociais e os impactos que a mesma tem sobre a formação dos graduandos.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

A Educação Física é um componente curricular obrigatório, com importante relevância dentro e fora da escola, pelo fato de ser obrigatória ela se constitui como uma prática pedagógica, mas como surgiu a prática pedagógica denominada Educação Física?

O coletivo de autores esclarece que:

Em nosso entender ela surge de necessidades sociais concretas. Sendo a Educação Física uma prática pedagógica, podemos afirmar que ela surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos. (COLETIVO DE AUTORES, 2009, p. 50)

Sendo assim em um dado momento surgiu na sociedade a necessidade de se construir um novo tipo de homem, que atenda aos ideais da sociedade capitalista, e esse novo molde social tornou necessário que os indivíduos fossem mais fortes, mais ágeis e mais empreendedores do que foram no passado. Pois para a manutenção da minoria no poder a maioria tinha que produzir riqueza com o seu corpo, fazendo o que hoje em dia é chamado de trabalho braçal, a única coisa que o trabalhador poderia oferecer ao mercado na sociedade livre era a sua força e energia física, sendo assim a sociedade capitalista transformou essa energia física em força de trabalho e a transformou em mercadoria, pagando aos trabalhadores para produzirem bens de consumo que seriam vendidos para a classe burguesa da época.(COLETIVO DE AUTORES 2009, p. 51)

Então a Educação Física surgiu como uma prática capitalista, esse foi o meio que a sociedade capitalista encontrou para fortalecer o trabalhador daquela época, dando-lhe um corpo saudável, o disciplinando e o tornando mais ágil, tornando-o assim o instrumento de trabalho perfeito para a época.

Ghiraldelli fez uma pesquisa na UNESP-Rio Claro e chegou aos seguintes resultados.

A partir desses dados, foi possível resgatar cinco tendências da Educação Física brasileira: a Educação Física Higienista (até 1930); a Educação Física Militarista (1930-1945); a Educação Física

Pedagógico (1945-1964); a Educação Física Competitivista (pós 64); e, finalmente, a Educação Física Popular. (GHIRALDELLI, 2004, p.16)

Agora que já conhecemos as cinco principais tendências históricas da Educação Física no Brasil, vamos entendê-las e ver o que há de essencial em cada uma delas.

2.1.1 Educação Física Higienista

Ghiraldelli (2004, p. 22) esclarece que: “A Educação Física Higienista é uma concepção particularmente forte nos anos finais do império e no período da primeira república (1889-1930)” Subentende-se que durante 40 anos a Educação Física Higienista ficou a frente da sua concorrente mais próxima, a Educação Física Militarista. (GHIRALDELLI 2004, P. 22)

A Educação Física Higienista coloca à questão da saúde em primeiro plano. Nessa concepção a Educação Física tem um papel primordial na formação de indivíduos sadios, fortes e dispostos à ação. Essa concepção histórica tentou uma chamada “asepsia social”. Utilizando a ginástica, o desporto e o jogo como uma forma de disciplinar os hábitos das pessoas com a intenção de as afastarem de práticas que venha de alguma forma a deteriorar a saúde, e a moral da mesma, o que de alguma forma comprometeria a vida coletiva. (GHIRALDELLI 2004, P. 17)

Ghiraldelli (2004, p. 17) expõe que: “ Assim, a perspectiva da Educação Física Higienista vislumbra a possibilidade e a necessidade de resolver o problema da saúde pública pela educação.” Seu principal objetivo era disseminar padrões de conduta, forjados por elites dirigentes, entre todas as outras classes sociais. Essa concepção entendeu que independentemente das condições em o indivíduo viva, ele pode e deve adquirir saúde. (GHIRALDELLI 2004, P. 17)

Para não deixar qualquer dúvida sobre o que era a Educação Física Higienista Ghiraldelli esclarece que:

A Educação Física Higienista é uma concepção que se preocupa em erigir a Educação Física como agente de saneamento público, na busca de uma sociedade livre das doenças infecciosas e dos vícios deteriorados da saúde e do caráter do homem do povo. (GHIRALDELLI, 2004, P. 17)

2.1.2 Educação Física Militarista

Ghiraldelli (2004, p. 18) deixa bem claro que não se deve confundir a Educação Física Militar com a Educação Militarista. Pois a Educação Física Militarista não se resume somente numa prática militar voltada para o preparo físico. Ela vai um pouco mais além, pois essa concepção visa impor a toda a sociedade padrões comportamentais estereotipados, oriundos da conduta disciplinar própria do regime de caserna.

Na Educação Física Militarista há uma preocupação também com a saúde individual e pública, assim como na corrente Higienista, porém o objetivo da concepção Militarista era formar uma juventude capaz de suportar o combate, a luta e a guerra. Sendo assim nesse período a Educação Física tinha que ter um caráter extremamente rígido com a intenção de elevar os jovens da nação à condição de servidores da pátria. (GHIRALDELLI, 2004, p. 18)

A Educação Física na concepção Militarista exerceu três papéis: o primeiro foi na aceleração do processo de seleção natural, eliminando os fracos e premiando os fortes. O segundo foi à maximização da força e poderio da população, por meio da ginástica, do desporto e dos jogos recreativos que visavam à eliminação dos chamados “incapacitados físicos”. E o seu terceiro papel foi na formação do chamado “cidadão-soldado”, que era capaz de obedecer cegamente e servir de exemplo para o restante da juventude pela sua coragem e bravura. (GHIRALDELLI, 2004, P. 18)

E importante salientar aqui que a concepção Militarista era uma variante do fascismo, e por esse fato recebia uma grande influência da biologia nazifascista. Fazendo assim que a Educação Física excluísse os fracos e os perdedores, é triste saber que essa prática sobreviveu até os tempos atuais, e muitos professores ainda excluem alunos das suas aulas, por eles não possuírem as mesmas habilidades dos outros.

2.1.3 Educação Física Pedagogicista

A Educação Física Pedagogicista é a primeira concepção que alerta a sociedade a necessidade de encarar a Educação Física como uma prática educativa e não somente como um jeito de disciplinar a juventude ou uma prática capaz de

promover saúde. E nesse período houve a diferenciação entre instrução e educação, e pelo seu caráter mais rico a educação física foi classificada como uma disciplina educativa e não instrutiva como várias outras disciplinas da época. (GHIRALDELLI, 2004, P. 19)

Na concepção Pedagogicista, a Educação Física se preocupou com a juventude que frequenta as escolas, usando a ginástica, a dança e os desportos como um instrumento de educação do alunado. Nessa concepção a Educação Física se firmou como uma disciplina escolar e ganhou força, sendo até capaz de forjar um sistema nacional de Educação Física, capaz de promover a Educação respeitando a cultura local.(GHIRALDELLI, 2004, P. 19)

E importante salientar que nessa concepção foi surgindo algumas formas de pensamento que, aos poucos alteraram a postura do professor e a prática da Educação Física. Essas novas formas de pensamento fizeram a Educação Física se tornar o “centro vivo” da escola pública. Portanto o professor ficava responsável pela fanfarra da escola, pelos jogos escolares e pela propaganda na comunidade. Portanto a Educação Física ficou acima das contendas políticas e se tornou de capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão. (GHIRALDELLI, 2004, P. 29)

2.1.4 Educação Física Competitivista

O principal objetivo da concepção Competitivista da Educação Física é caracterizar a competição e a superação individual como valores fundamentais para a sociedade moderna. Sendo assim a Educação Física se volta para o culto do atleta herói, que vence todas as dificuldades e chega ao pódio. (GHIRALDELLI, 2004, P. 20)

Nessa concepção a Educação Física ficou restrita ao desporto de auto rendimento. A prática esportiva era disseminada para daí poder brotar expoentes capazes de presentear o Brasil com medalhas olímpicas. Portanto a Educação Física se tornou sinônimo de desporto, e conseqüentemente sinônimo de verificação de desempenho. Nessa concepção a Educação Física adquiriu um caráter altamente tecnicista.(GHIRALDELLI, 2004, P. 20)

A imprensa fazia o culto ao atleta-herói e ao individualismo, e assim proliferava a ideia de se conquistar um lugar ao sol pelo seu próprio esforço, tal ideia

era possível graças aos ídolos dos desportos da época, que tornavam possível a alienação popular, pois com isso se conseguia mascarar a falta de enriquecimento material e cultural, na qual grande parte da população se encontrava na época. (GHIRALDELLI, 2004, P. 32-33)

2.1.5 Educação Física Popular

Ghiraldelli (2004, p33) deixa claro que a Educação Física popular não foi uma Educação Física praticada por todo o povo, ela foi, uma concepção que emerge das práticas sociais dos trabalhadores e, em especial das iniciativas que tinham ligação aos grupos de vanguarda do Movimento Operário e Popular. Ou seja a concepção popular da Educação Física era voltada para os operários e não para a população como um todo. (GHIRALDELLI, 2004, P. 33)

Ghiraldelli (2004, p. 21) afirma que: “ Podemos dizer, com certo cuidado, que a Educação Física Popular se sustenta quase que exclusivamente numa “teorização transmitida oralmente entre as gerações de trabalhadores deste país.” E a concepção popular da Educação Física, foi um dos modos que a classe operaria encontrou para lutar contra as concepções ligada à ideologia dominante.

A Educação Física Popular não se preocupa com a saúde pública, e também sua intenção não era a de disciplinar homens e mulheres e tão pouco incentivar a buscar por medalhas. Ela é antes de qualquer coisa ludicidade e cooperação, portando nessa concepção o desporto, a dança, a ginástica entre outros, assumem o papel de promotores da mobilização e organização dos trabalhadores. (GHIRALDELLI, 2004, P. 21)

A concepção Popular da Educação Física não pretendia ser educativa, pois era entendido que a educação dos trabalhadores estaria intimamente ligado com o movimento de organização das classes para a prática social, ou seja para o confronto diário imposto pela luta entre as classes. (GHIRALDELLI, 2004, P. 21)

3 O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Segundo Anderáos (2013, p. 50) no ano de 1837 houve a criação de uma sociedade escolar, as paróquias do Rio De Janeiro começaram a oferecer atendimento a garotas desamparadas. Entre as atividades oferecidas estavam a ginástica, dança, nado e cuidados com o corpo. No ano de 1889, o decreto de lei nº 7.684 instaurou um novo regulamento para a Escola Municipal Do Município da Corte, constituindo para a 5ª série concepções de Educação moral, cívica, física e intelectual.

Anderáos (2013, p. 51) esclarece que no ano de 1914 a seção de Educação Física de São Paulo passou por mudanças, com a chegada de uma missão militar da França no estado, que fora contratada para reorganizar a Força Pública de São Paulo. Tal missão criou em 1910 um curso para habilitar monitores e mestres em ginástica e esgrima. Logo em seguida esse curso passou a ser denominado de Escola de Educação Física. Que mais tarde no ano de 1933, já com uma nova estrutura adotou a metodologia francesa e a tradição dos ensinamentos da Escola de Joinville Le Pont.

Ainda segundo Anderáos (2013, p. 51) em 1936 o Governo do Estado de São Paulo por meio de um decreto regulamentou a Escola de Educação Física, dando a ela o direito de formar instrutores e monitores. No ano de 1939 com a alteração de artigos que formavam seu regulamento, ela continuou sua caminhada na preparação de profissionais em Educação Física, tornando-se a pioneira dessa ação no país.

Anderáos (2013, p. 53) comenta que no ano de 1925 através de um ato Oficial do Ministro da Marinha foi regulamentada e criada a Escola de Educação Física da Marinha com a intenção de formar monitores. No ano de 1940 houve a criação do Departamento de Educação Física da Marinha, e a Escola da Educação Física acabou ficando subordinado ao departamento.

Anderáos (2013, p. 53) expõe que : “ No período a seguir, diversas ações visando à preparação de profissionais específicos para a Educação Física foram encetadas, como em 1928, com a publicação dos decretos municipais de nº 3.281 e 2.940, assinados pelo Prefeito do Distrito Federal.” Em junho de 1929 no, 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, se chegou a conclusão de que o Governo da República passasse a organizar as Escola Superiores de Educação Física segundo os conceitos Eugenistas.

De acordo com Anderáos (2013, p. 54) no Espírito Santo, foi concebido um curso de Educação Física, por determinação do Decreto Estadual nº 1366, que permitiu que o Departamento de Educação Física funcionasse no período das férias escolas, com a intenção de instruir os professores para que eles pudessem atuar através do método moderno. Em dezembro de 1933 ele passou a ser oferecido regulamente em 1934 o curso foi substituído pela Escola de Educação Física. Em 1936 o Departamento virou a Diretoria de Educação Física, o que acarretou no surgimento da Escola Superior de Educação Física, respaldada pela lei nº 98 de setembro de 1936, sendo finalmente regulamentada em 1939 e promulgada em 1940. Porém somente em 1962 o curso de Educação Física Foi passou a ser oferecido na Universidade Federal do Espírito Santo, com a incorporação da Escola Superior.

Ainda segundo Anderáos (2013, p. 54), no começo de 1933 houve a extinção do Departamento de Educação Física, por meio de um decreto estadual, e as atividades passaram para o Departamento de Educação. Também no ano de 1933 houve a criação da Escola de Educação Física do Exército, que substituiu o Centro Militar de Educação Física, por meio do Decreto nº 23.252, passando a ficar responsável pela preparação de monitores e instrutores para o curso de Educação Física, com o intuito de formar mestres de armas e monitores de Esgrima.

Anderáos (2013, p. 56) faz um breve relato de um período de importantes conquistas para a Educação Física.

Alguns anos depois, mais precisamente em 1944, os Cursos da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, a saber: Normal de Educação Física, Medicina Esportiva Especializada, Técnica Desportiva, Treinamento e Massagem, também receberam reconhecimento do Governo Federal. Concluindo essa parte da história da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, é indispensável destacar que, em 1958, a Escola foi incorporada ao Sistema Estadual de Ensino Superior, sendo 11 anos depois, em dezembro de 1969, integrada à Universidade de São Paulo – USP. Em 1956, o presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa, José Geraldo Massucato, conseguiu participar de um evento em que estaria presente o Governador do Estado. Em meio às falas das autoridades, conseguiu falar e solicitar ao então Governador Jânio Quadros atendimento em transformar a ESEP em Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. Dessa forma, o projeto foi encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Embora tal projeto tenha enfrentado algumas dificuldades ao longo de três anos, em outubro de 1961, o Governador Carvalho

Pinto assinou a portaria de nomeação do primeiro grupo de professores catedráticos. (ANDERÁOS 2013, p. 56)

Com isso, num período de menos de 20 anos a Educação Física pode passar por profundas mudanças na sua legislação. Passando a ser ter mais cursos reconhecido pelo Governo de São Paulo e mais tarde passando a ser oferecida pela Universidade de São Paulo(USP).

De acordo com Anderáos (2013, p. 57) entre 1930 e 1950, houve o surgimento de diversos cursos de Educação Física. Com destaque para o de Minas Gerais, que foi organizado em 1933, contando com a presença de 140 professores do estado, com o intuito de ensinar temas específicos da área, com um enfoque mais na antropometria. No ano de 1952 foi autorizado o curso da Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais, que por sua vez só foi reconhecido em 1955.

Anderáos (2013, p. 57) esclarece que no começo de 1939 foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil, por meio do Decreto Lei nº 1.212, com o intuito de servir de parâmetro para os demais cursos da área, com o início do seu funcionamento em primeiro de agosto de 1939.

De acordo com Anderáos (2013, p. 58) em Curitiba, no ano de 1939, foi fundada a primeira escola particular de Educação Física, denominada de Escola de Educação Física, que no primeiro momento teve negada a sua autorização de funcionamento. Porém, em 1940, a Diretoria Geral do Estado do Paraná regulamentou a escola, dando o seu reconhecimento diante do governo federal no dia 16 de janeiro de 1945, e sendo encampada pelo governo paranaense em 1956.

Ainda segundo Anderáos (2013, p. 58), em Porto Alegre, no ano de 1940 foi organizado o primeiro curso de Educação Física, com a sua sede em um prédio estatal do Rio Grande do Sul. O curso recebeu o alvará de funcionamento no ano seguinte, e obteve reconhecimento quatro anos depois por meio do Decreto de Lei Federal nº 15.582.

Anderáos (2013, p.58) esclarece que: “Em julho de 1940, através de Decreto do Governo Estadual, foi criado no Piauí, o Curso de monitores de Educação Física, vinculado à inspetoria Estadual de Educação Física, o qual se destinava à formação de auxiliares de ensino.” Esse foi o primeiro registro de um curso de Educação Física que foi ministrado no nordeste.

Anderáos (2013, p.58) expõe que em Santa Catarina, em junho de 1938 com a implantação da inspetoria de Educação Física por meio do decreto de lei nº 125, iniciou-se um processo de organização e criação de uma escola para de Educação Física, para formar professores para essa disciplina. Em agosto de 1938, por meio do decreto federal nº 7.366 houve a regulamentação do Curso Provisório de Educação Física, e seis anos mais tarde por meio do decreto estadual nº 1.198 o curso foi reconhecido, e passou a se chamar Escola de Educação Física do Estado de Santa Catarina.

De acordo com Anderáos (2013, p. 58) em São Paulo, no interior do estado, em janeiro de 1950, houve a autorização para o funcionamento da Escola superior de Educação Física de São Paulo, que em outubro de 1952, por meio do Decreto Federal nº 31.595, recebeu reconhecimento oficial.

Anderáos (2013, p.61-62) esclarece em junho de 1985, foi criada no interior de São Paulo, mais precisamente em Campinas a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na qual incorporou o curso de graduação em Educação Física. E apresentou duas formações, uma para Licenciatura e a outra era para Bacharel em Treinamento Desportivo em Educação Física.

Anderáos (2013, p. 64) elucida ainda que no ano de 1965, ocorreu a troca do defensor do argumento curricular em Educação Física, Mauro da Costa Rodrigues assumiu o cargo e acabou também assumido a presidência da Comissão Central de Currículos do Conselho Federal de Educação.

Anderáos (2013, p.65) expõe que depois de uma reunião envolvendo 21 representantes, das 34 escolas superiores de Educação Física do Estado de São Paulo, essa reunião foi sediada na FEF/USP, ocorreu uma votação com o intuito de decidir se a divisão do curso de Educação Física entre Licenciatura e Bacharelado iria de fato ocorrer. dezesseis representantes votaram na separação, 04 optaram em apenas oferecer a habilitação em Licenciatura, e um representante de instituição preferiu não opinar.

Anderáos(2013, p.65) explana sobre o resultado dessa votação:

Portanto, depois de todos esses momentos de discussões, propostas e acertos, nas páginas 9.635 e 9.636 do Diário Oficial da União de 22 de junho de 1987, foi publicada a Resolução CFE nº 03/87 datada de 16 de junho de 1987, fixando os mínimos de conteúdo e de duração

a serem observados pelos Cursos de Graduação em Educação Física para o Bacharelado e/ou Licenciatura Plena. (ANDERÁOS, 2013,p.65)

A partir dessa resolução houve a promulgação dessa resolução e passou a vigorar o curso de Licenciatura Plena em Educação Física, um curso de 4 anos de duração que formava o graduando em Educação Física para atuar como bacharel ou como Licenciado, podendo atuar dentro e fora da escola, o que proporcionava ao graduando um campo de trabalho imenso.

Anderáos(2013, p.68) esclarece um pouco sobre a nova Constituição do Brasil:

Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, que estabeleceu em seu Capítulo III, em que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção III – Do Desporto, no artigo 217, que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Se essa foi uma identificação da importância do desenvolvimento da prática desportiva na sociedade, é também significativo que se entenda e considere que o processo de preparação de pessoal especializado para essa ação, também se deva revestir de toda seriedade e comprometimento, tanto por parte do Estado, como da sociedade através de seus parceiros institucionais.(ANDERÁOS, 2013, p.68)

Como o autor mencionou acima, a constituição reconhece a importância da atividade física e do desporto, para a sociedade brasileira, e o governo passou a se comprometer mais, com o desenvolvimento de práticas esportivas para o sociedade. Servindo como base para mais tarde ser criada a LDB. Tema que vamos abordar agora.

3.1 A LDB E OS SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi um divisor de águas para o sistema educacional brasileiro, todavia no que tange a Educação Física, ela deixa um pouco a desejar, pois ela é tida como facultativa no período noturno e para algumas pessoas em situações especiais, e no ensino superior a LBD não faz menção nenhuma a Educação Física, deixando-a facultativa no ensino superior brasileiro.

E importante salientar que a LDB tornou a Educação Física um componente curricular obrigatório, segundo o artigo 26, parágrafo 30 que diz que:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.(...)
 § 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica [...] (BRASIL, 1996)

Portando a partir da promulgação dessa lei, a Educação Física, em tese, deu um importante salto rumo a sua valorização nas escolas e no sistema educacional brasileiro, pois a sua obrigatoriedade no ensino fundamental e médio garantiu um avanço, e que também deveria em “tese” melhorar as condições de trabalho desses profissionais, o que na prática acabou não acontecendo.

E importante salientar que no mesmo parágrafo em que a LDB torna a Educação Física um componente curricular obrigatório, ela a deixa facultativa para algumas pessoas em condições especiais, ou para o turno noturno de ensino, como descritos nos incisos I ao IV:

§ 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:
 (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
 VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003) (BRASIL, 1996)

Tais incisos causaram o descontentamento de muitos profissionais de Educação Física, pois está claro que muitas escolas iriam passar a não oferecê-la e usariam a LDB, como base.

Jorge Steinhilber foi vice-presidente da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física e Coordenador do Movimento Nacional pela Regulamentação do Profissional de Educação Física fez uma das principais críticas desses incisos e escreveu um artigo para a Revista Mineira de Educação Física em Viçosa, no qual faz críticas a essa facultatividade da Educação Física.

Steinhilber (2014, p.2) esclarece que:

Considerar a educação física “componente curricular da educação básica” é por demais vago. Fatalmente, aqueles que têm interesse pela não-obrigatoriedade da educação física poderão valer-se do conceito aberto de currículo e entender que qualquer atividade praticada pelos alunos em clubes, academias e similares pode ser considerada para efeito de cumprimento da proposta pedagógica da escola. Dessa forma, não há extinção de oferta de atividade e sua exclusão da grade curricular da respectiva escola (o que na verdade significa dizer sua não-obrigatoriedade). (STEINHILBER 2014, p.2)

Fica implícito que, com o decorrer do tempo, as escolas passariam a dar uma importância cada vez menor a Educação Física na escola, e sobre isso Steinhilber (2014, p.2) expõe o seguinte:

Na realidade, há algum tempo, tem-se verificado o falecimento gradativo da educação física escolar. No terceiro grau poucas escolas têm oferecido a matéria. Verifica-se, na prática, sua extinção. No ensino noturno, pela nova LDB, ela é facultativa, rastreando indícios de que a maioria das escolas não a oferecerão. Diversos estados e municípios eliminaram-na do currículo de 1ª a 4ª série. Da 5ª a 8ª série vem sendo reduzido gradativamente o número de aulas semanais oferecidas, sem contar aquelas escolas que ficam dispensadas da obrigatoriedade, por força de decretos e portarias, porque não possuem instalações adequadas para tal fim. (STEINHILBER 2014, p.2)

Deixar nas mãos das instituições de ensino a obrigatoriedade, ou não, de um componente curricular em tese significa a sua extinção, pelo menos nas instituições privadas, nas quais os seus proprietários fazem o possível para cortar gastos, e uma disciplina que não é obrigatória, na visão desses empresários, na maioria das vezes, seria um gasto a mais desnecessário, o que acabaria, em longo prazo, tendo um impacto considerável na Educação Física, pelo menos no ensino superior.

E o que diz a LDB sobre a Educação Física no ensino superior? Pereira Filho (2014) esclarece que a LDB, no quesito Educação Física e ensino superior, nada diz. E que, essa falta de informação da LDB sobre o tema acarretou num processo de consulta ao Conselho Nacional de Educação, a fim de ponderar sobre a Educação Física no ensino superior e saber se ela era ou não obrigatória.

Pereira Filho (2014) fala sobre a Educação Física no ensino superior e sobre a sua facultatividade nos cursos noturnos.

Mesmo concordando com todas as razões históricas que são apresentadas para o fim da obrigatoriedade da Educação Física no 3º Grau, acho que a mesma deveria ser oferecida obrigatoriamente pelas instituições de nível superior sendo facultativo aos alunos cursarem. Penso que ao deixar nas mãos das instituições a possibilidade de existir ou não, na prática esta decretada sua extinção, principalmente em instituições privadas.

Será que esta mesma lógica tende a imperar para a Educação de Jovens e adultos (seção V) e a Educação Profissional (Capítulo III)?

Se tínhamos dúvidas a respeito do que representava a Educação Física ser facultativa nos cursos noturnos, onde nos perguntávamos se a opção seria dos alunos ou da escola, com o parecer nº05/97 do Conselho Nacional de Educação a tentativa de exclusão fica clara: "certamente à escola caberá decidir se deseja oferecer educação física em cursos que funcionem no horário noturno. E, ainda que o faça, ao aluno será facultativo optar por não freqüentar tais atividades, se esta for de sua vontade." Caberá a escola decidir sobre a existência ou não da Educação Física em seu curso noturno, sendo que as aulas desta disciplina não serão computadas entre as 800 horas exigidas por lei. (PEREIRA FILHO, 2014, p.)

Fica evidente, que tais medidas terão um impacto negativo na Educação Física escolar, e também no nível superior, pois cada medida que limite a atuação da Educação Física e tire a sua obrigatoriedade, vai acabar dando margem para que menos pessoas a façam, o que por sua vez acabará por desfigurar sua importância no intelecto dos alunos, que por desconhecerem a importância da Educação Física no seu desenvolvimento intelectual, social e físico, iram optar por disciplinas mais "valorizadas" nos currículos como português e matemática, deixando de lado a Educação Física.

Steinhilber (2014, p.4) faz uma crítica a LDB:

Além da obrigatoriedade, a LDB, em seu inciso IV do Art. 27, trata dos conteúdos da educação física como sendo os de promoção do desporto educacional e apoio as práticas desportivas não-formais. Evidentemente, há muito o que se discutir a respeito também, sobretudo pelo fato de haver discórdias nesta desportivização da educação física. A questão da mudança de postura em relação ao mencionado Decreto Lei 69.450, que inseria a iniciação desportiva e tinha como parâmetro a aptidão física, deverá ser debatida pelos doutos, pela comunidade acadêmica e pelos profissionais que estão, na prática, dinamizando a disciplina. Certamente muitas mudanças deverão ocorrer, e, novamente, o tempo será inexorável. (STEINHILBER, 2014, p.4)

Mesmo com o importante avanço que a LDB proporcionou a Educação Física, a mesma também deixou alguns pontos que merecem uma maior discussão, e em

alguns parágrafos, ela precisa ser revisada, reescrita e reestruturada. Só assim a Educação Física irá ganhar notoriedade e passar a ocupar cada vez mais um lugar de respeito nas escolas.

4. NOVAS PROPOSTAS PARA A FORMAÇÃO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

4.1 A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física é uma área de conhecimento que apesar de ter origens militares no Brasil, conseguiu se difundir em largo aspecto ao longo dos anos. Benites, Souza Neto e Hunger (2013, p. 4) esclarecem que: “Nesse itinerário foi o curso provisório de Educação Física, de 1929, ministrado pelo exército, em que aceitou a inscrição de Civis”. Antes dessa data, todos os cursos que formavam profissionais para atuarem na Educação Física só permitiam que militares participassem.

A partir de 1929, começaram a ser oferecidos no Brasil, cursos para civis, que deveriam formar profissionais para uma área relativamente nova. E conseqüentemente, por ter se originado em escolas militares, os cursos que formavam professores em Educação Física da época seguiam a doutrina militar. Porém, já se passaram exatamente 85 anos, desde o a implantação do curso, no qual os cidadãos não militares puderam participar. Neste percurso, os currículos foram modificados inúmeras vezes, tendo o seu objetivo reformulado dezenas de vezes, por influência direta de cada tendência (assunto abordado no primeiro capítulo) que trazia consigo algumas características próprias, o que influenciava diretamente o currículo dos cursos de formação de professores em Educação Física.

Toda mudança traz consigo uma série de discussões, nesse capítulo vamos discutir a importância e relevância das disciplinas teóricas e práticas para a formação de professores em Educação física. Enquanto alguns teóricos são enfáticos na defesa pelas disciplinas teóricas, outros apontam a relevância que as vivências proporcionadas pelas matérias práticas proporcionam aos graduandos um maior aprendizado, em detrimento da primeira.

Sobre esse tema Pellegrine (*apud.* GHILARDI, 2013, p. 3) expõe que:

[...] o futuro profissional encontra um sério problema decorrente da grande quantidade de disciplinas prático-esportivas obrigatórias nos currículos de Licenciatura em Educação Física, que é a dificuldade em caracterizar a própria Educação Física, confundindo a educação do movimento, foco da Educação Física com a educação pelo movimento, não justificando sua existência nos currículos escolares, principalmente no ensino da pré-escola e primeiro grau. (PELLEGRINI *apud.* GHILARDI, 2013 p. 3)

Essa prática acarreta uma confusão nos graduandos, que em muitos casos saem das universidades com a idéia de que a Educação Física se restringe estritamente ao ensino do movimento, sem se assimilarem que o movimento é a ferramenta pedagógica usada pelos educadores físicos para conscientizar seus alunos do seu papel na sociedade e ensinar valores como: ética, trabalho em grupo, empatia e simpatia.

Ghiraldi (2013, p. 3) esclarece o que acontece quando se privilegia somente a reprodução de movimentos e o que esse método de ensino pode influenciar nos futuros professores:

Desta forma, ao “professor” que cursava três anos a faculdade de Educação Física, era atribuído, por exemplo, a função de dividir os alunos em duas equipes de qualquer modalidade esportiva na quadra, apitar jogos, organizar desfiles, liderar eventos recreativos, esquecendo-se que ele era, acima de tudo, um educador, e portando, responsável juntamente com todo o corpo docente, pelo processo educacional formal de seus alunos. (GHIRARDI 2013, p. 3)

Então o professor de Educação Física era visto somente como um técnico que atenta a ensinar o esporte ao seu aluno e a dedicar seu tempo a organizar eventos esportivos. Tal concepção afasta as pessoas do real papel do professor de Educação Física, que vai muito além de ensinar e estimular a prática esportiva, pois o verdadeiro professor educa seus alunos para a vida, tendo o movimento e o esporte como uma das suas ferramentas, participando ativamente do processo educacional dos seus alunos.

Ghiraldi (2013, p. 3) explana que por algum tempo a Educação Física passou por uma crise conceitual, pois os seus próprios profissionais, não sabiam qual era o seu objeto de estudo, e conseqüentemente qual era a sua área de atuação. Então com base nesse levantamento de dados buscou-se uma reformulação teórico-acadêmica, com a intenção de caracterizá-la como uma área de conhecimento, definindo-se assim o seu objeto específico de estudo e a sua área de atuação.

Ghiraldi (2013, p. 3) cita Verenguer (1992); Tani (1998) e Mariz de Oliveira (1993) para elucidar sobre o objeto de estudo da Educação Física:

A Educação Física encontra seu objeto de estudo no movimento humano e suas implicações para o seu humano. O foco de atenção é

o estudo do ser humano como um indivíduo engajado em performances motoras requisitadas na vida diária e que vão proporcionar uma melhor qualidade de vida. (VERENGUER, TANI, MARIZ DE OLIVEIRA APUD GHIRALDI 2013, p. 3)

A Educação Física então pode encontrar seu ritmo de estudo no movimento humano, e isso fez com que esta disciplina tivesse seu campo de trabalho muito ampliado, o que no âmbito acadêmico atrapalhou a formação desse profissional. Pois mesmo que a grade curricular seja extensa, não conseguiria abranger todos os campos de atuação que o futuro profissional poderia atuar, deixando assim uma enorme lacuna na formação acadêmica de profissionais em Educação Física, que mesmo tendo uma boa formação, acabam que por chegar ao mercado com uma formação incompleta.

Manoel (*apud.* GHIRALDI 2013, p. 4) esclarece que a Educação Física: “Deve-se a partir de uma nova perspectiva científica investigar o significado do movimento para o homem.” Com isso a Educação Física usa a teoria para explicar e ressignificar o movimento e a importância deste para o homem. Mais adiante o mesmo autor fala que: “Enquanto que para outras disciplinas o movimento é um meio para outros fins, para a Educação Física é o ponto inicial e final que organizará o comportamento motor.” Portanto a Educação Física usa o movimento para reorganizar o ritmo motor humano.

Ghiraldi (2013, p. 4) fala da relação do conhecimento com o desempenho físico:

Agora tanto na Licenciatura como no Bacharelado, o conhecimento deve ter uma importância maior do que o desempenho físico. O produto que se busca é a formação de professores ou profissionais e não de atletas e a atividade de ambos é eminentemente intelectual e não física. (GHIRALDI 2013, p. 4)

Fica evidente, depois dessa citação que por muito tempo a teoria foi negligenciada, sendo negado a ela um maior espaço na formação acadêmica, que se voltava para o ensino da prática, e dava um enfoque muito superficial na teoria. Por muito tempo nos cursos de Educação Física o fazer foi mais necessário que o saber.

Lawson (*apud.* DARIDO 2014. p. 3) elucida sobre o distanciamento que há entre a teoria e prática na formação profissional científica em Educação Física:

É de opinião que o problema da relação teoria x prática ocorre fundamentalmente devido ao paradigma positivista que domina a produção do conhecimento. Ou seja, se por um lado as características da produção do conhecimento atenderam às

exigências da ciência positivista, por outro lado pouco auxiliaram na prática pedagógica da Educação Física. O autor destaca que diferentemente dos pesquisadores, a linguagem dos professores é não-formalizada, pois se apóia em conhecimento tácito, isto é, acomodação dos resultados de pesquisa à estrutura de referência e ao contexto de trabalho único de cada pessoa. Assim os professores constroem sua própria versão do conhecimento útil, que é marcado política e culturalmente. Ou seja, a prática é construída e estruturada socialmente.” (LAWSON *apud*. DARIDO 2014, p. 3)

Vislumbramos uma parcialidade de verdade na afirmação do autor, todavia levanta-se o questionamento: será que só o que os professores encontram na sua prática profissional deve ser levado em conta? Vamos vislumbrar tal cenário: Quando um docente na sua prática diária não encontra subsídios teóricos assimilados no seu curso para a resolução de problemas profissionais frente aos seus alunos, torna-se evidente que a formação acadêmica desse profissional foi falha. A partir do momento que a graduação não deu subsídios que respondessem as demandas do seu contexto profissional, o curso de graduação perde o seu objetivo. Necessário se faz a reestruturação dos currículos, buscando fazer um melhor alinhamento sobre a teoria e a prática.

A teoria deve fundamentar a prática, dando embasamento para que se possa fazer uma prática fundamentada e cada vez melhor. Em suma, isso implica em saber fisiologicamente e biomecanicamente o que essa prática acarreta aos seus alunos.

Tojal *apud* Ghiraldi (2013, p. 5) esclarece sobre o que é teoria e o que é prática:

Teoria – conjunto de conhecimentos sistematizados que se propõe explicar a ocorrência de determinados fenômenos de acontecimentos.

Prática – conhecimento aplicado resultante de um saber advindo de um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre determinados fenômenos.” (TOJAL *apud*. GHIRALDI 2013, p.5)

Conforme a citação acima, se pode notar uma pequena diferença entre ambas, pois a teoria se refere ao conhecimento produzido enquanto a prática ao conhecimento aplicado, porém as duas ainda abordam o mesmo conhecimento. Assim sendo, elas devem andar juntas, pois a teoria sem prática se torna irrelevante e a prática sem teoria se torna um fazer por fazer.

Tani (*apud* GHIRALDI 2013 p.7) fala que as vivências práticas sem a vinculação com a obtenção de conhecimento não faz sentido algum num curso que visa a preparação profissional, pois a prática tem que estar voltada para um processo contínuo que lhe garanta uma permanente produção de conhecimento, ou seja a criação de saberes, deve justificar as vivências práticas.

Ghiraldi (2013 p.7) argumenta que a experiência prática não faz com que o profissional passe melhor as instruções, pois a capacidade é extremamente subjetiva. E portanto, cabe ao mesmo ter a responsabilidade de transformar a habilidade em conhecimento declarativo. As informações têm que ser descritas para então serem transmitidas. Se não for dessa maneira qualquer atleta de alto nível seria um ótimo profissional.

Okuma (*apud*. GHIRALDI 2013, p.8) concorda com a fala de Tani (1996) a cerca de:

[...] em relação as vivências práticas na formação profissional em Educação Física. Porém, ela acredita que também é importante as disciplinas práticas proporcionarem ao graduando, além do conhecimento cognitivo, o conhecimento em nível pessoal, ou seja, compreender o significado da vivência pessoal como auto-conhecimento, aprender a lidar com o desconhecido e aprender a lidar com as pessoas. (AKUMA *apud*. GHIRALDI 2013 p. 8)

Em contrapartida a fala de Okuma, Tani (*apud*. GHIRALDI 2013, p.8) esclarece que:

Concorda que as vivências práticas são importantes para a aquisição da capacidade de lidar com as pessoas. No entanto, ele acredita que tal capacidade é adquirida ao longo do exercício da profissão e não num curso de formação profissional. Tani enxerga em Okuma um apelo à experiência característica marcante dos cursos de preparação profissional nos moldes tradicionais que ao seu ver estão completamente ultrapassada. (TANI *apud*. GHIRALDI 2013. p.8)

Um curso que não deve fazer com que a sua grade curricular gire em torno de dar a possibilidade ao aluno de lidar com as pessoas, um curso não deve girar em torno disso, pois essa prática o profissional adquire sozinho na sua atuação profissional na área.

Sendo assim, fica evidente o distanciamento entre a teoria e prática, mais Ghiraldi (2013, p. 8) faz uma proposta muito interessante, com o intuito de diminuir a distancia entre as duas:

Deve haver uma interdisciplinariedade entre as matérias do currículo da graduação a ponto de levar o aluno a estabelecer correspondências entre as diversas disciplinas, sejam elas oriundas de conhecimentos básicos ou aplicados, a fim de proporcionar um conjunto de conhecimento amplo, completo, porém específico sobre o objeto de investigação da Educação Física. (GHIRALDI 2013, p.8)

Se as disciplinas seguissem o modelo proposto pelo autor, as matérias poderiam ser digeridas melhor pelos graduandos, permitindo que o mesmo faça uma maior articulação entre teoria e prática enriquecendo assim ainda mais o dia a dia desses futuros profissionais.

Dando um suporte maior para que ele possa oferecer um trabalho cada vez melhor ao público, fazendo assim que a Educação Física tenha prestígio social e acadêmico na sociedade.

4.2 EXPERIÊNCIAS SOCIAIS E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Tudo que o estudante viu, sentiu, falou, experimentou ao longo da sua vida, acabou formando o que se chama de experiências sociais, nesse capítulo vamos ver como essas experiências sociais interferem na formação acadêmica em Educação Física.

Segundo Figueiredo (2013, p. 1) a limitada relação entre Educação Física e esporte e Educação Física e saúde, tornou-se ao longo dos anos a principal referência para os alunos que iniciam o curso de Educação Física, o que conseqüentemente tornou-se um obstáculo para que a Educação Física possa ser compreendida para além da saúde, com a sua dimensão educacional e suas interconexões com diversos campos de conhecimento.

A autora Figueiredo (2013, p. 2) reconhece que:

A Educação Física, hoje, pode ser compreendida como área que tematiza/aborda as atividades corporais em suas dimensões culturais, sociais e biológicas. Assim, a Educação Física extrapola a questão da Saúde, relacionando-se com as produções culturais que envolvem aspectos lúdicos e estéticos, deixando de ter como foco apenas o esporte ou os exercícios físicos voltados apenas para uma

perspectiva restrita à promoção e ao desempenho de atividade Física. (FIGUEIREDO, 2013, p 2)

Com isso a Educação Física atualmente, tende a ser compreendida como um campo da ciência que reverbera entre as ciências humanas e as ciências biológicas, pois suas atuações ocasionam um impacto nesses dois campos, então conceituá-la apenas em um desses campos acarretaria na fragmentação da Educação Física, entre Educação Física e saúde e Educação Física escolar.

Figueiredo (2013, p 2) coloca que a maioria dos alunos traz consigo a ideia de que a Educação Física é uma ciência promotora de saúde, que se restringe ao aspecto biológico, e a enxergam apenas como instrutora de exercícios físicos e treinamento de atletas, visão essa que é fundamentada por muitos cursos que identificam a Educação Física como uma Ciência Biológica e acabam fundamentando quase que exclusivamente seus trabalhos nessa área e rejeitam estudos que prevalecer-se das Ciências Humanas para estudar questões que vem ganhando cada vez mais notoriedade na Educação Física.

Ainda, segundo Figueiredo (2013, p 3), com base nas experiências sociais adquiridas ao longo da vida, e, conseqüentemente antes de iniciar o curso pode-se notar que alguns alunos, talvez por desinformação, ao término do mesmo pretende especializa-se em áreas como Fisioterapia, e outra parcela de alunos têm resistência muito grande à idéia da licenciatura e acabam buscando uma outra formação. Uma parcela muito pequena de alunos são atraídos e se interessam pela perspectiva de uma Educação Física que vai além dos aspectos biológicos, incorporando também aspectos sócio/históricos na busca de uma compreensão mais profunda da área.

Com isso Figueiredo (2013, p 3-4) conclui que a experiência social do aluno, construída ao longo da sua vida, em diversos âmbitos sociais, influencia e de alguma forma modela o perfil de sua formação inicial. Com isso o aluno com base nas suas experiências sociais, realiza interações, ações, escolhas e hierarquizações, e, especialmente, seleciona o conhecimento acadêmico que mais lhe interessa no *locus* da sua dinâmica curricular.

Figueiredo (2013, p 8) faz um breve relato de experiências que teve quando era coordenadora de um curso de Educação Física.

Ao recebermos os "calouros", a cada início de semestre, entre os anos de 1988 e início de 2000, quando ocupava o cargo de coordenadora de um curso de Educação Física (CEFD/UFES), fazíamos a habitual pergunta: por que escolheram cursar Educação Física. Foram várias as respostas obtidas. Algumas podem ser situadas no campo da estratégia de ação, quando os alunos respondiam que a escolha se dera pela maior facilidade de ingresso em relação a outros cursos. Outras respostas estavam relacionadas às experiências no campo familiar, quando os estudantes respondiam que houve um incentivo de irmãos ou mesmo de pais que são professores de Educação Física. A maior parte das respostas afirmava que a escolha pelo curso decorria da identificação com o esporte de alto nível ou pela própria experiência escolar voltada ao esporte, ou seja pela experiência social que o aluno mantinha com essa área do saber.(FIGUEIREDO 2013, p 8)

Com isso se percebe que as experiências sociais pré-existentes influenciam os alunos desde a escolha do curso, até o campo de atuação dos mesmos após a formação, isso também revela que muitos dos alunos, quando entram num curso de Educação Física, a enxerga somente como uma prática esportiva, com uma forte vinculação dos seus antigos professores, que só trabalhavam com esportes nas escolas, e assim de forma inconsciente formaram os estudantes de forma errônea a acreditar que de fato a Educação Física se resume somente ao esporte.

Figueiredo (2013) coloca que depois do ingresso do discente, no decorrer da sua formação fica visível que a relação dos mesmos com os saberes curriculares, é muito influenciado pelas experiências sócio-corporais vividas anteriormente, por sua vez causam ações com específicas hierarquizações e valorizações, que são ditadas a partir de diversos elementos inscritos de forma subjetiva em suas identidades. A autora afirma que: “Em síntese, pode-se dizer que há uma conexão intrínseca entre as experiências dos alunos e suas relações com o saber”. (FIGUEIREDO. 2013, p.9)

Conforme Figueiredo (2013, p.9), tanto a experiência tão quanto o saber possui um sentido polissêmico, que tem sido abrangido como sinônimo de aprender o domínio de informações e/ou conhecimentos. Portando o sujeito se põe no centro das análises que proporcionam a sua relação com o saber. Sendo assim a construção do saber se dá numa relação cotidiana e dinâmica na qual o sujeito ocupa um lugar de destaque, conduzindo essa construção, e filtrando o conhecimento adquirido.

Figueiredo (2013, p.10) nos revela que:“O ponto central, então, passa a ser não discutir o que constitui o saber e o aprender em si, mas, sim, compreender as

relações construídas pelo sujeito com o saber e com o aprender”. E como essas formações influenciam a formação acadêmica dos referidos graduandos em Educação Física.

Para salientar ainda mais o que foi dito acima, Figueiredo (2013) revela que:

Pode-se dizer que esse tipo de relação traz implicações para a formação de professores porque leva os alunos a uma dissociação entre a dimensão prática e a teórica e a uma certa tendência em desvalorizar os saberes normativos da Ginástica Olímpica como aspectos didático-pedagógicos, históricos e sociais, dentre outros, que vão além do domínio corporal de técnicas que resultem em uma execução. No caso da formação profissional em Educação Física, seria interessante que os alunos conseguissem realizar, associadamente, os dois tipos de aprender: o primeiro, apenas com objetivo de vivenciar a atividade; o segundo, com o objetivo de dominar o saber-objeto da atividade.(FIGUEIREDO 2013 p. 11)

Como já foi dito em outro trecho desse texto, os alunos trazem a idéia de que a Educação Física é eminentemente prática, e por isso se dar um enfoque melhor no saber fazer, negligenciando assim os saberes que lhe permitem entender o porque de realizar tal atividade, portando para muitos graduandos para dominar um componente curricular como vôlei, ou futebol só significa aprender a executar movimentos de tais atividades. E essa visão limitada de muitos alunos, os impede de adquirir uma visão mais ampla dos conteúdos, pois se fecha os olhos para as especificidades teóricas de cada uma delas e se mantêm o foco única e exclusivamente na aprendizagem dos movimentos.

Figueiredo (2013, p.15) revela que um dos critérios usados para a escolha das disciplinas curriculares optativas são as experiências sócio-corporais anteriores ao próprio início da formação. Tão como a relação estabelecida entre os saberes desses componentes curriculares. Isso fica ainda mais evidente no caso das escolhas das disciplinas consideradas práticas, onde é comum alunos que foram atletas de futsal escolherem o futsal, por causa das experiências que já tiveram com o mesmo.

Ainda fazendo um dialogo com Figueiredo (2013, p.15) alguns graduandos fazem exatamente o contrario e optam por escolherem outras disciplinas na quais tinham tido pouca ou nenhuma experiência anterior. Assim fica clara a vontade desses alunos de aprender algo novo, diversificando sua formação com o intuito de

sair graduação um profissional completo, com experiências e vivências em diversas áreas e campos de atuação.

Conforme Figueiredo (2013, p.16) a experiência sociocorporal se mostra como uma grande influência nas escolhas por disciplinas, seja naquelas que o aluno já tem uma vivência, ou nas que ele tem pouca ou quase nenhuma familiarização com o conteúdo. Servindo assim no primeiro caso como o prolongamento de uma prática corporal ou como a possibilidade de aprender novas práticas. Em contrapartida quando se hipervaloriza um disciplina tendo com base as experiências sócio-corporais, acaba havendo a construção de apenas um tipo de relação com o saber quando os graduados tomam tais decisões, em alguns casos eles ficam com o sentimento de que o componente não lhe acrescentou nada, levando como base o que já sabiam.

Figueiredo (2013, p.18) expõe que:

De certo modo, alguns desses alunos parecem buscar a reprodução das experiências sociocorporais anteriores, chegando ao final do curso sem mudar suas concepções sobre a Educação Física. Desta forma, parece que irão sobrepor, na prática profissional, os saberes da experiência aos saberes da formação. Sobretudo, porque a grande referência e filtro na formação inicial foi sua própria experiência. Muitos chegam ao final do curso, sem perceber que mais importante que saber fazer é aprender a ensinar os conteúdos da disciplina Educação Física mobilizados na formação profissional. (FIGUEIREDO, 2013, p.18)

E sendo assim, os conhecimentos pedagógicos são deixados de lado, pois para os graduandos, não há uma diferenciação significativa entre o saber fazer e o saber ensinar.

Figueiredo (2013, p.18) ainda esclarece que além da experiência sociocorporal, mais dois aspectos são ditos como referência nas escolhas das disciplinas opcionais, que são eles: o primeiro é a aplicação da mesma no mercado de trabalho e a segunda é a competência do professor e a organização da grade curricular.

Figueiredo (2013) levanta duas questões:

Na raiz dessa transposição que os alunos fazem de suas experiências corporais para dentro do curso durante toda a formação ou da busca consciente pela reprodução dessas experiências, identificamos dois problemas. O primeiro, conforme já dito, é a

influência direta no currículo, ocasionando mudanças "ocultas" no perfil do curso cuja opção é pela formação de professores e não de treinadores; o segundo é a influência na prática profissional desses alunos, concomitante ao curso e após a formação.(FIGUEIREDO 2013 p.19)

Portando tais problemas revelam que em muitos casos ocorrem à sobreposição da experiência sobre o saber acadêmico. Fica evidente que a experiência corporal representa certo entrave, tanto na construção de novos conhecimentos, seja no processo ensino aprendizagem ou na sua atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDB foi promulgada com o intuito de estabelecer orientações específicas para o curso de licenciatura em Educação Física, mas com contradições quanto aos desafios que se colocam na intervenção do currículo acadêmico; as propostas discutidas propõem que o professor licenciado em Educação Física deve ter uma formação para intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural em ambientes escolares, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural. Sendo assim as instituições de ensino superior devem possibilitar a apropriação de conhecimento por meio de ensino, pesquisa e extensão, permitindo assim, que o profissional articule seus saberes a partir de uma atitude crítico-reflexiva.

Analisando o contexto histórico, a educação brasileira já esteve mais precária. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) houve alguns avanços no que diz respeito à formação de professores e organização escolar. Mas a infra-estrutura das escolas continua precária.

Nessa realidade em que reconhecemos os interesses da educação em nosso país, a Educação Física escolar encontra sérios problemas devido à influência que sofreu do higienismo e militarismo; a cultura esportiva do nosso país desencadeia o que acabou sendo o maior problema da Educação Física no âmbito escolar, o famoso quarteto fantástico (voleibol, handebol, futebol e basquete) sendo os únicos conteúdos que teriam um espaço efetivo nas aulas de Educação Física; até a década de 1990. Essa realidade vem impedido a ampliação do espaço educativo que poderia ser usado para desenvolver outros conteúdos, tais como: dança e lutas.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) foi sem dúvidas um divisor de águas na Educação Física escolar, ela pode ser considerada como a principal lei quando o assunto é a educação brasileira. Tal lei foi promulgada para garantir um direito que teoricamente já estava garantido na constituição brasileira, que é o direito a uma educação básica de qualidade.

A falta de articulação entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas, impossibilita os graduandos de terem uma ideia holística a cerca da própria Educação Física, e assim, conseqüentemente vem surgindo um abismo, que acabou

dividindo a Educação Física em dois blocos, o primeiro são os que se auto intitulam teóricos, e que preferem realizar atividades acadêmicas, e o outro extremo, de profissionais que se denominam práticos e preferem executar atividades práticas, que envolvam o movimento e tem um certo descaso com o conhecimento técnico e com a teoria, pois estes entendem que a teoria nada mais é do que uma perda de tempo, enquanto os teóricos nutrem a mesma opinião pelas atividades práticas.

A legislação também avança, mas sua marcha é num ritmo lento, os avanços são morosos, os desafios são muitos, é de causar indignação que na LDB de 9394/96, no mesmo parágrafo que é citada a obrigatoriedade da Educação Física no ensino fundamental e médio, contém uma emenda que a torna optativa para alguns casos especiais.

Fica evidente que a Educação Física para a LDB não passa de uma disciplina prática, que não há teoria nenhuma a ser dada, a mesma lei se vale do princípio que a Educação Física escolar tem que ser voltada para o esporte, o que foi, é, e sempre será contestada por muitos profissionais da área.

O descaso das autoridades com a Educação, e com a Educação Física se reflete numa lei falha, com brechas visíveis, e inúmeros pontos que deveriam, no mínimo, passar por uma profunda reforma ou uma completa reformulação.

A lei precisa ser mudada, os currículos precisam ser repensados, o caminho é longo, e a jornada talvez nunca tenha um fim, conseqüentemente, por mais que ocorram mudanças em alguns pontos importantes, sempre haverá alguns aspectos da lei os dos currículos acadêmicos que devera passar por alguma mudança.

REFERÊNCIAS

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 2º Ed. 2º Imp. São Paulo: Cortez, 1992.

GHIRALDELLI, Junior. **Educação Física Progressista**. 15 Ed. São Paulo, Loyola, 2004.

ANDERÁOS, Margareth. **A REORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS Significativos**.

In ____: **SEQÜÊNCIA HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO E PROPOSTAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL** 2005.185 f.Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000376278&fd=y>>. Acesso em: 02. Out. 2013.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

STEINHILBER, Jorge. **Educação Física na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Obrigatoriedade ?!?!?!.** Revista Mineira de Educação Física. Minas Gerais 1998. Disponível em:<<http://www.revistamineiradeefi.ufv.br/artigos/arquivos/59d337fd42ddb170cb7bf05d042769db.pdf>>. Acesso em: 01. Out. 2014.

PEREIRA FILHO, Ribamar. **A Educação Física na “nova” LDB**. Centro Esportivo Virtual. Disponível em:<<http://cev.org.br/biblioteca/a-educacao-fisica-nova-ldb/>>. Acesso em: 05. Set. 2014.

BENITES, Larissa. NETO, Samuel. HUNGER, Dagmar. **O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física**. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/09.pdf>>Acesso em : 15. Set. 2013 17 p.

GHILARDI, Reginaldo. **Formação Profissional em Educação Física: a relação entre teoria e prática**. Disponível em:<<http://ciencialivre.pro.br/media/3c0567ef91560b95ffff80aafffd524.pdf>>. Acesso em: 10. Set. 2013. 11 p.

DARIDO, Suraya. Teoria, prática e reflexão na formação profissional em Educação Física. Disponível em:<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/01n2/1_2_Suraya.pdf>. Acesso em: 07. Set. 2013. 5 p.

FIGUEIREDO, Zenólia. **Formação docente em Educação Física: experiências sociais e relação com o saber**.

<<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2395/2075>>. Acesso em 10 Set. 2013